



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria de Administração e Finanças

## **CONTRATO CODIN Nº 005/2022**

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - CODIN E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA., NA FORMA ABAIXO:**

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN**, Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Relações Internacionais, com sede na Avenida Rio Branco, 110 – 34º andar, no Bairro do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.124.754/0001-14, doravante denominada **CONTRATANTE** representada neste ato pelo Diretor Presidente **Julio Cesar Jorge Andrade**, portador da carteira de identidade nº 0045850021 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 960.157.057-87, com endereço eletrônico [jcjandrad@codin.rj.gov.br](mailto:jcjandrad@codin.rj.gov.br) e pelo Diretor de Administração e Finanças **Carlos Adriano Klafke dos Santos**, portador da carteira de identidade nº 602.726.271-3, expedida pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 475.164.450-53, com endereço eletrônico [aklafke@codin.rj.gov.br](mailto:aklafke@codin.rj.gov.br) e o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.**, situado na Avenida Vereador José Diniz, 3.300, 18º andar, no Bairro do Campo Belo, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 04604-006 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.856.424/0001-52, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sócio **Claudio Luiz Martins Aboud**, portador da cédula de identidade nº 10.527.523-2, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.473.788-43, com endereço eletrônico [claudio.aboud@inpao.com.br](mailto:claudio.aboud@inpao.com.br), conforme Contrato Social apresentado, resolvem celebrar o presente **Contrato de PRESTAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**, com fundamento no **Processo Eletrônico nº SEI-220010/000525/2021**, que se regerá pelas normas do Regulamento de Licitações CODIN, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017 e, no que couber, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e pelo Decreto Estadual nº 42.301/10, pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e do **Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2022** com todos os seus anexos, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**, conforme as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e no **Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2022** com todos os seus anexos e da Proposta de Preço, tendo como plano ofertado: **ESPECIAL 730**.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Contempla um universo estimado de **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários/mês**, podendo variar para mais ou para menos, no curso da execução deste contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo da prestação dos serviços será de **36 (trinta e seis) meses, contados a partir de 01/05/2022**, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O prazo contratual poderá ser prorrogado, por iguais períodos dentro do limite de 5 (cinco) anos previsto no **artigo 71 da Lei nº 13.303/2016 c/c o artigo 107 do Regulamento de Licitação da CODIN**, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja comprovadamente mais vantajosa para a **CODIN**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento na forma estabelecida, dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às formalidades previstas, e relativamente aos serviços efetuados e aceitos pela **CODIN**;
- b) Fornecer à **CONTRATADA** todos os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato oriundo deste Termo de Referência;
- c) Designar representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências verificadas;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- e) Comunicar a **CONTRATADA**, com a antecedência necessária, qualquer alteração na prestação do serviço contratado.
- f) Notificar por escrito a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade referente à execução dos serviços contratados.
- g) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
- h) Paralisar e/ou solicitar a reexecução de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o contrato, norma técnica ou qualquer disposição oficial.
- i) Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, e mantidas todas as condições exigidas para habilitação.
- j) É assegurada a **CODIN** a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da **CONTRATADA**, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato oriundo do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das descritas no Termo de Referência, constituem também obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância da Proposta de Preços, do Regulamento de Licitações da CODIN e da legislação vigente, inclusive, Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- b) prestar o serviço de acordo com as condições previstas no Termo de Referência e neste Contrato;
- c) prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

- e) comunicar ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- i) manter-se, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- j) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da **Cláusula Oitava (DA RESPONSABILIDADE)**;
- l) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros
- m) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de **2022**, assim classificadas: **Programa de Trabalho: 2271.22.122.0002.2016.0000, Natureza de Despesa: 3390, Fonte de Recursos: 230.**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este **CONTRATO** o valor total de **R\$ 64.735,20** (sessenta e quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da cotação de preços, do Termo de Referência, da proposta apresentada, do Regulamento de Licitações da CODIN e da legislação vigente, inclusive, **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Diretor Presidente da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido, mensalmente, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato, constituída de 3 (três) membros designados pelo Diretor Presidente da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximem de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por todo e qualquer dano que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposamente, praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou acompanhamento pela **CONTRATANTE**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A ausência da apresentação dos documentos mencionados no **PARÁGRAFO SEGUNDO** ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso do **PARÁGRAFO QUARTO**, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CONTRATANTE** deverá pagar a **CONTRATADA** o valor total estimado de **R\$ 64.735,20** (sessenta e quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), abrangendo **162** (cento e sessenta e duas) vidas, à razão de **R\$ 11,10** (onze reais e dez centavos) **por vida/mês**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor previsto no *caput* desta cláusula será pago em **36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas** de **R\$ 1.798,20** (um mil setecentos e noventa e oito reais e vinte centavos), obrigatoriamente, por meio de crédito em **Conta Corrente nº 01624-9 da Agência 8133 do Banco Itaú S/A de titularidade da CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O quantitativo de segurados estimado no *caput* desta cláusula poderá variar para mais ou para menos no curso da execução deste contrato, hipóteses em que o valor das parcelas fixadas no **PARÁGRAFO PRIMEIRO** refletirá a variação que houver, observando-se sempre o valor de **R\$ 11,10** (onze reais e dez centavos) **por vida/mês**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela **CONTRATANTE** ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da referida instituição financeira, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do artigo 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a Nota Fiscal para pagamento à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, situada à Avenida Rio Branco nº 110 - 34º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-001, após a entrega de cada parcela, acompanhada da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

a) A Nota Fiscal deverá ser encaminhada através do e-mail: **contasapagar@codin.rj.gov.br**, acompanhada de toda documentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos terceiro e quarto, o **pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, com crédito em conta corrente, após o cumprimento da prestação dos serviços, que se refere a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes que é a Comissão de Fiscalização da **CODIN**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 10 (dez) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

**PARÁGRAFO NONO:** O pagamento será realizado mensalmente, após o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes que é a fiscalização da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo **INPC** (Índice Nacional de Preços ao consumidor) calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, desde que haja expressa requisição nesse sentido, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõem os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora da **CONTRATANTE**, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas nos artigos 115, 116 e 117 do Regulamento de Licitações CODIN, mediante termo aditivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 116 citado acima, haverá demonstração objetiva do fato em processo administrativo e acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por ato unilateral de qualquer das partes, em virtude do não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais e das demais hipóteses previstas no artigo 124 do Regulamento de Licitações CODIN, sem que caiba direito a indenizações de qualquer espécie à parte que deu causa à rescisão.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A rescisão decorrente dos motivos elencados no artigo 124, Parágrafo Primeiro, incisos I, III a X e XIV, do Regulamento de Licitações CODIN, será efetivada após o regular

processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a Licitante e/ou Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, aplicadas pela autoridade competente, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CODIN**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, devendo ser aplicada pela autoridade competente, conforme Regime de Alçadas vigente, aprovado pelo Conselho de Administração da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do **CONTRATO**, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

**PARÁGRAFO SEXTO:** O valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo sexto, será descontado dos pagamentos a serem efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, e/ou da garantia contratual. Caso o valor seja superior ao crédito da **CONTRATADA** em face da **CONTRATANTE** e/ou da garantia prestada, além da perda destes, responderá o infrator pela sua diferença.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do **CONTRATO**, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO NONO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A notificação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos, com a consequente notificação do interessado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de suspensão temporária da participação em licitação ficarão impedidos de contratar com a **CONTRATANTE** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do **CONTRATO** tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, serão cobrados judicialmente, caso não haja êxito na cobrança amigável.



**PARÁGRAFO ÚNICO:** Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a **CONTRATANTE** consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

- I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual;
- II - quando tiver sido dispensada a licitação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CONTROLE EXTERNO**

Após a assinatura do contrato, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do instrumento, na forma e no prazo determinado por este.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO**

As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores, empregados, prepostos e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para a execução deste **CONTRATO**, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer

que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** das Leis Anticorrupção e/ou da Política Anticorrupção da **CONTRATANTE**, disponível em seu sítio eletrônico, será considerado uma infração grave ao **CONTRATO** e conferirá à **CONTRATANTE** o direito de, agindo de boa-fé, declararem rescindido imediatamente o **Contrato**, sem qualquer ônus de penalidade, sendo a **CONTRATADA** responsável por perdas e danos, nos termos da lei aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do **CONTRATO**, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo artigo 105, §1º, do Regulamento de Licitações CODIN, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso o valor do **CONTRATO** seja alterado, de acordo com os artigos 115 e 116 do Regulamento de Licitações CODIN, a garantia deverá ser complementada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O levantamento da garantia contratual por parte da **contratada**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A apresentação irregular ou não recolhimento, pela **CONTRATADA**, da garantia, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e dará ensejo ao bloqueio do pagamento até que a garantia seja regularmente apresentada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções correspondentes.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza a **CONTRATANTE** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam o presente instrumento, que é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2022



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO LUIZ MARTINS ABOUD, Usuário Externo**, em 27/04/2022, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Adriano Klafke Dos Santos, Diretor de Administração e Finanças**, em 27/04/2022, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Jorge Andrade, Diretor-Presidente**, em 27/04/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **31869935** e o código CRC **9DF9B8C3**.

Referência: Processo nº SEI-220010/000525/2021

SEI nº 31869935

Avenida Rio Branco,, N°110 - 34º Andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-001  
Telefone: - <http://www.codin.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Energia e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA  
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 009/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Rc Soluções Empresariais Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 27/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 010/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Baião Assessoria e Recup. de Créditos S/S Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 011/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Carioca Serviços de Cobrança Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 012/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Cash do Brasil Recup de Crédito Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 27/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 013/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Cobrart Recup. de Ativos Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 014/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Ferreira e Chagas Advogados. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 015/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Real Jurídica Assessoria em Recup. de Crédito Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 016/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e MRL-Sistemas de Serv. Especializados Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 27/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 017/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e GN Assessoria e Cobranças Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 018/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Comunique Call Center Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 019/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Portes Marinho Advogados Associados S/S. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 020/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e W S Ludolf Serviços Administrativo. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 27/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 021/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Rmotta Consultoria Empresarial Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 022/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Anderson Gama Sociedade Individual de Advocacia. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 26/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 023/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Nelson Williams Advogados. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 27/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 024/2022. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do RJ e Unioncobra - Assessoria de Cobranças Ltda. **OBJETO:**Serviço de cobrança ativa e receptiva. Data da assinatura: 27/04/2022. **VALOR:** Sem Valor. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000336/2021.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 005/2022. **PARTES:** CODIN e INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. **OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA. **PRAZO:** 36 meses contados de 01/05/2022 a 01/05/2025. **VALOR:** R\$ 64.735,20 (sessenta e quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 27/04/2022. **FUNDAMENTO LEGAL:** Regulamento de Licitações CODIN, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2022, c/c a Deliberação nº 281, de 24 de agosto de 2017 do TCE/RJ. **PROCESSO Nº SEI-220010/000525/2021.**

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 006/2022. **PARTES:** CODIN e ESCRITÓRIO AMARAL, PAES DE ANDRADE E FIGUEIRÉDO ADVOGADOS. **OBJETO:** PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA PARA A ANÁLISE E REVISÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA A ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE) DO ACU (SEI-220010/000102/2020). **PRAZO:** 5 (cinco) meses. **VALOR:** R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). **DATA DA ASSINATURA:** 28/04/2022. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/2016 c/c a Deliberação nº 281 de 24 de agosto de 2017 do TCE/RJ. **PROCESSO Nº SEI-220010/000163/2022.**

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO chama atenção dos interessados para o Edital que se encontra afixado no Quadro de Avisos

da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sito à Av. Rio Branco nº 10, térreo, bem como, nos sites www.jucerja.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br referente à licitação abaixo:  
**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 005/2022.  
**TIPO:** Menor Preço Global.  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial, preventiva e corretiva, em instalações e equipamentos em geral, com fornecimento, material e componentes, por um período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência - Anexo I.  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:**  
**INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 29/04/2022 às 08:00 h  
**TÉRMINO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:**12/05/2022 às 11:00 h  
**DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 12/05/2022 às 11:15 h  
**DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 12/05/2022 às 12:15h  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-220011/000459/2022.**  
O Edital completo encontra-se à disposição nos sites acima descritos.

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS torna público que não houve interposição de recurso sobre o resultado de HABILITAÇÃO das licitantes participantes na Concorrência Nacional nº 013/2022/SEINFRA, que tem por objeto a ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTE DO POVO E URBANIZAÇÃO DO ENTORNO, NA RUA BARÃO DE SÃO FÉLIX, S/Nº, CENTRO, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ. Diante do exposto fica designada a data de 02 de maio de 2022 às 15h00 para continuidade do certame para abertura do envelope “B” - Propostas de Preços do referido processo. Processo nº SEI-E-17/026/1892/2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
AVISO

A SEINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, torna público que não houve interposição de recurso sobre o resultado de HABILITAÇÃO das licitantes participantes na Concorrência Nacional nº 006/2022/SEINFRA, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO URBANA E CONSTRUÇÃO DE PONTE, NO BAIRRO JARDIM IMPERIAL, no Município de Itaboraí/RJ. Diante do exposto fica designada a data de 03 de maio de 2022 às 15h00min para continuidade do certame para abertura do envelope “B” - Propostas de Preços. Processo nº SEI-170026/002020/2021.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Cooperação Técnica EMOP-RJ/DEGASE nº 018/2022. **PARTES:** Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro por meio do Departamento Geral de Ações Sócioeducativas. **DATA DA ASSINATURA:** 26/04/2022. **OBJETO:** Estabelecer a mútua cooperação, entre a EMOP e o DEGASE, de acordo com o Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelos partícipes, visando a execução de Sistema de Prevenção e Combate à Incêndio, Exaustão da Cozinha e Obras Cíveis no CRI/AAD de Niterói, localizado na Rua Benjamim Constant nº 477, no bairro Barreto, no Município de Niterói. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data de sua publicação dos eu extrato no DOERJ. **VALOR:** sem valor. **FUNDAMENTO:** Processo nº SEI-03/022/003143/2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 001 ao Termo de Cooperação Técnica nº 060/2021. **PARTES:** Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Estado de Polícia Civil. **ASSINATURA:** 26/04/2022. **OBJETO:** prorrogação por mais 450 (quatrocentos e cinquenta) dias do prazo de execução do Termo de Cooperação Técnica nº 060/2021, celebrado com a Secretaria de Estado de Polícia Civil. Assim, considerando a readequação do cronograma e do Plano de Trabalho. **VALOR:** sem valor. **FUNDAMENTO:** Processo nº SEI-360021/001942/2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO DE EMPREITADA. **PARTES:** CEHAB-RJ e a empresa VITAL MESTRES CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO

CONVOCAÇÃO REALIZAÇÃO DO EXAME TOXICOLÓGICO

INSCRIÇÃO	NOME	PROCESSO JUDICIAL
151894	THAÍS CRISTINA MARTINS DE MIRANDA	0317162-92.2021.8.19.0001

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CFSd-2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais e em atendimento a demanda da Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, que deram continuidade no certame por determinação judicial, para realização do Exame Toxicológico, devendo seguir as orientações enviadas, via e-mail, para a realização do exame. Processo nº SEI-350133/000798/2022.

CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO EXAME TOXICOLÓGICO  
DIA 27 DE ABRIL DE 2022  
HORÁRIO: 9H

INSCRIÇÃO	NOME	PROCESSO JUDICIAL
1588284	THIAGO BROLLO	0015203-95.2014.8.19.0037
1579573	EMILIANO BAPTISTA CANAAN	0015203-95.2014.8.19.0037
1516058	GUTIERRE SILVA CAIXA KNUST	0015203-95.2014.8.19.0037
1560835	WALDIANE GONÇALVES DOMINGUES PEREIRA	0015203-95.2014.8.19.0037
1637563	VICTOR GOMES HENRIQUES	0015203-95.2014.8.19.0037
1625984	ISAAC BERNARDO VIEIRA SALGADO	0015203-95.2014.8.19.0037
1607857	GLEIDSON SCHOTT MOREIRA	0015203-95.2014.8.19.0037
1511235	WALLACE RANGEL BALTAR	0033763-97.2015.8.19.0054

PREDIAL LTDA. **OBJETO:** Obras de recuperação do Conjunto Habitacional Amarelinho, Bairro Irajá, Município do Rio de Janeiro, RJ. **PRAZO:** 10 (dez) meses. **VALOR:** R\$ 3.966.498,97 (três milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 27/04/2022. **REGISTRO INTERNO Nº 031/2022.** **FUNDAMENTO:** Despacho exarado no Processo SEI-17/0041/000426/2021. Leis Federais nºs 13.303/2016 e nº 8.666/93, Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3149/1980 e 42.445/2010. **PROCESSO Nº SEI170030/000377/2022.**

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO DE EMPREITADA. **PARTES:** CEHABRJ e a empresa CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A. **OBJETO:** Obras de infraestrutura constituídas de ligações de água e esgoto, drenagem pluvial e pavimentação, nos logradouros do Bairro Alecrim, Município de São Pedro da Aldeia, RJ. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 21.502.004,30 (vinte e um milhões, quinhentos e dois mil, quatro reais e trinta centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 27/04/2022. **REGISTRO INTERNO Nº 030/2022.** **FUNDAMENTO:** Despacho exarado no Processo SEI-17/0041/000248/2021, Leis Federais nºs 13.303/2016 e nº 8.666/93, Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3149/1980 e 42.445/2010. **PROCESSO Nº SEI170030/000376/2022.**

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÍNUOS ESPECIALIZADOS. **PARTES:** CEHAB-RJ e a empresa LIPA SERVIÇOS GERAIS LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviços técnicos contínuos especializados para a Cia., conforme especificações e regulamentações descritas no item 2, do quadro de valores básicos e Termo de Referência. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 3.930.000,00 (três milhões, novecentos e trinta mil reais). **DATA DA ASSINATURA:** 27/04/2022. **REGISTRO INTERNO Nº 023/2022.** **FUNDAMENTO:** Despacho exarado no Processo SEI170029/001007/2021, Leis Federais nºs 13.303/2016 e nº 8.666/93, Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3149/1980 e 42.301/2010. **PROCESSO Nº SEI-170030/000378/2022.**

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 074/2020. **PARTES:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a empresa INSET VIP- CNPJ nº 04.476.986/0001-21. **OBJETO:** é a prestação de serviço contínuo de desinsetização, dedetização, descupinização e desratização, para atender as necessidades da SEPM. **VALOR:** R\$ 66.709,44 (sessenta e seis mil setecentos e nove reais e quarenta e quatro centavos), a ser pago em parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 5.559,12 (cinco mil quinhentos e cinquenta e nove reais e doze centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 27/04/2022. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Mantidas as cláusulas estabelecidas no segundo termo aditivo ao contrato nº 074/2020. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-350192/001352/2020.**

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo de Apostilamento ao Contrato nº 034/2022. **PARTES:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a empresa DENT COMÉRCIO E SERVIÇOS CORRELATOS DE SAÚDE LTDA. **OBJETO:** Substituição do CNPJ do Contratado, passando a constar o nº 18.088.289/0001-08, mantendo-se as demais cláusulas contratuais. **DATA DA ASSINATURA:** 27/04/2022. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº SEI-350192/000354/2022, conforme o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CFSd-2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais e em atendimento a demanda apresentada pela Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, torna pública a convocação da candidata abaixo relacionada, que deu continuidade no certame por determinação judicial, para realização do Exame Toxicológico, devendo seguir as orientações enviadas, via e-mail, para a realização do exame. Processo nº SEI-350133/000800/2022.